



ACÓRDÃO Nº575/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11574/2018.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Policlínica Zeno Lanzini.
- 4- **Exercício:** 2017.
- 5- **Responsável:** Iolanda Silva de Lira (Ordenador de Despesa), Maria Goreth da Silva Strahm (Ordenador de Despesa)
- 6- **Advogado:** Joao Lira Tavares - OAB/AM 8799 e Antonio Azevedo de Lira - OAB/AM 5474.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 5617/2020-MP-ESB, Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Luiz Henrique Pereira Mendes.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Policlínica Zeno Lanzini. Exercício de 2017.

Irregularidade. Multa. Ciência.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar irregular** a Prestação de Contas da Sra. **Iolanda Silva de Lira**, diretora e ordenadora de despesa da Policlínica Zeno Lanzini no período de 01/01/2017 a 27/10/2017, nos termos do art. 22, inciso III, alínea “b” da LOTCE/AM c/c art. 188, inciso II; §1º, inciso III, alínea “b”, todos do RITCE/AM, em razão das impropriedades relacionadas no item 3 do Relatório/Voto;
- 10.2. **Julgar irregular** a Prestação de Contas da Sra. **Maria Goreth da Silva Strahm**, diretora e ordenadora de despesa da Policlínica Zeno Lanzini no período de 27/10/2017 a 31/12/2017, nos termos do art. 22, inciso III, alínea “b” da LOTCE/AM c/c art. 188, inciso II; §1º, inciso III, alínea “b”, todos do RITCE/AM, em razão das impropriedades relacionadas no item 4 do Relatório/Voto;
- 10.3. **Aplicar Multa** no valor de **R\$ 13.654,39** (treze mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos) a Sra. **Iolanda Silva de Lira**, nos termos do art. 54, inciso VI da LOTCE/AM, por grave infração à norma



ACÓRDÃO Nº575/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO

legal, em razão de fracionamento de despesas, dispensa de licitação fora das hipóteses previstas em lei e pagamento de despesas a título de indenização, que deverá ser recolhida **no prazo de 30 dias**, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE;

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da LOTCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da LOTCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, do RITCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

10.4. Aplicar Multa no valor de R\$ **13.654,39** (treze mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos) a Sra. **Maria Goreth da Silva Strahm**, nos termos do art. 54, inciso VI da LOTCE/AM, por grave infração à norma legal, em razão de dispensa de licitação fora das hipóteses previstas em lei e pagamento de despesas a título de indenização, que deverá ser recolhida **no prazo de 30 dias**, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE;

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da LOTCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da LOTCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, do RITCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

10.5. Dar ciência da decisão ao **Ministério Público do Amazonas** para que,



ACÓRDÃO Nº575/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO

no uso de suas atribuições e competências, tome as providências que entender cabíveis.

10.6. Dar ciência da decisão, por intermédio de seus patronos, à Sra. **Iolanda Silva de Lira**.

10.7. Dar ciência da decisão, por intermédio de seus patronos, à Sra. **Maria Goreth da Silva Strahm**.

11- Ata: 19ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 16 de Junho de 2021.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Josué Cláudio de Souza Neto e Alber Furtado de Oliveira Júnior (Convocado).

13.1. Auditor presente e Relator: Luiz Henrique Pereira Mendes.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora-Geral, em substituição.

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Presidente

LUIZ HENRIQUE PEREIRA MENDES
Auditor-Relator

ELISSANDRA MONTEIRO FREIRE ALVARES
Procuradora-Geral, em substituição